

“A ausência é uma forma de violência passiva”

leitor.expresso.pt/diario/segunda-58/html/caderno1/temas-principais/a-ausencia-e-uma-forma-de-



A maioria dos pais diz estar disponível a aplicar mais tempo nos cuidados dos filhos quando estes nascem

Não estender a mão faz falta. Não repartir tarefas, esmaga. Se os homens aplicassem diariamente mais 50 minutos a cuidar dos filhos, as mulheres diminuam para a metade a sua dedicação doméstica. Eles até dizem que estão disponíveis, mas então porque não colaboram mais? No dia em que se assinala a condenação à violência doméstica, é necessário recordar que há muitas formas de se ser violento

Texto Christiana Martins

Já se sabia que, de forma geral, as mulheres dedicam significativamente mais tempo ao trabalho doméstico não remunerado do que os homens, mas o que ainda não se percebeu é a razão para que, mesmo com todas as modificações de mentalidades, na prática, pouco mude.

De acordo com novas pesquisas realizadas em sete países (Argentina, Brasil, Canadá, Japão, Holanda, Reino Unido e EUA), 85% dos pais dizem que estão dispostos a fazer qualquer coisa para se envolver muito nas primeiras semanas e meses de cuidados seu filho recém-nascido ou adotado. O que os está a impedir, então?

O relatório “Situação da Paternidade no Mundo 2019”, elaborado pelo consórcio internacional Promundo, identifica três obstáculos principais: falta de licenças de paternidade adequadas e remuneradas, e índices reduzidos de gozo de licença quando esta existe; normas sociais de género restritivas que consideram o cuidado com uma responsabilidade feminina, a par com a perceção de que as mulheres são cuidadoras mais competentes do que os homens; e a falta de segurança económica e apoio governamental para todos os pais e mães e cuidadores.

Em Portugal, segundo a Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE), as mulheres dedicam mais 1H40 todos os dias a resolver questões domésticas. São cem minutos diários. Cem minutos que eles ocupam como querem e conseguem e que, no caso delas, já têm destino certo. Se eles aplicassem diariamente mais 50 minutos nas tarefas da casa, a paridade estaria atingida em Portugal, pelo menos nesta questão. Este é o desafio que o Promundo lançou: olhar para frente e ver a paridade, pelo menos dentro de casa. E para lá chegar, bastariam mais 50 minutos.

O estudo “Situação da Paternidade no Mundo 2019” vai na terceira edição e o foco é a repartição do trabalho doméstico não remunerado em várias regiões do globo. Os dados de 2019 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) também revelam que a Suécia é o país onde o desequilíbrio de géneros é menor e o Camboja é o país onde as desigualdades são mais evidentes, mostrando que, em termos de paridade, a geografia tem muito que se diga.

Para 98% dos egípcios, tarefas como trocar fraldas, dar banho às crianças e alimentá-las são responsabilidade exclusiva das mulheres. Um total que desce para 86% na Índia ou para 26% no México. Quanto à disponibilidade de participar, entre os sete países analisados, os britânicos são os mais interessados em acompanhar mais de perto o início da vida dos filhos (93%) e os menos disponíveis são os argentinos (76%).

Uns fora, outras dentro (de casa)

Uma das consequências, segundo o relatório do consórcio Promundo, é que cerca de 606 milhões de mulheres eram incapazes em 2018 de ingressar no mercado de trabalho devido às responsabilidades domésticas. Ou seja, se elas assumissem uma carreira profissional, quem cuidaria das crianças? Ou dos idosos? Aparentemente ninguém e o resultado é que, de acordo com o último relatório do Fórum Económico Mundial, seriam necessários 202 anos para eliminar os efeitos da diferença de géneros.

O documento levanta ainda questões como a do ovo ou da galinha sobre o que promove mais as mudanças: se as normas legais ou se a alteração de comportamentos? É a lei que induz às mudanças ou as leis? A verdade é que menos de metade dos países (48%) oferecem licença de paternidade e, em geral, esta não ultrapassa as três semanas.

Em países como o Brasil, por exemplo, 27% dos pais não recorrem a nenhum dia para além dos obrigatórios nestas licenças, valor que chega aos 35% no Japão e a 40% no Canadá, com exceção da província do Quebec. Em Portugal, segundo a CITE, 32% dos homens não usam mais tempo do que os dias obrigatórios de acompanhamento de um novo filho (15 dias úteis).

“Isto mostra ainda os impactos das normas rígidas de género e receios das consequências a nível profissional. Por isso mesmo defendemos que as políticas de licença parental mais eficazes são aquelas obrigatórias, pagas e não transferíveis: ou o pai usa os dias que lhe cabem, ou perde-os, não podendo ser transferidos para a mãe, aumentando assim a desigualdade na divisão de tarefas de cuidado e tempo afastadas

do mercado de trabalho”, explica Tatiana Moura, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e coordenadora do Promundo Portugal desde 2014.

Já para Gary Barker, fundador e presidente do Promundo Global e coautor do relatório sobre a situação da Paternidade no Mundo 2019, apresentado recentemente em Coimbra, apesar da lentidão das mudanças sociais, “o regresso das mulheres à exclusividade das tarefas domésticas é inviável, até porque, as famílias não sobreviveriam sem o salário delas”. Mas o que surpreende o co-autor do relatório é que “tantos homens ainda se vejam como incapazes de cuidar dos filhos e que tantas mulheres tenham a mesma opinião”.

Tatiana Moura diz ainda que é preciso perceber que “a ausência pode ser uma forma de violência passiva”, embora haja “muitos casos positivos que deve ser dada visibilidade, de forma a que cada vez mais sejam adotadas boas práticas”. Ou seja, como provam as investigações já realizadas, a autora defende exista uma “transmissão intergeracional da violência e dos cuidados”. Filhos de pais participativos tenderão a ser mais paritários quando vierem a criar as suas próprias famílias.

No próximo ano arranca um inquérito em Portugal no âmbito do projeto europeu PARENT (Promoção, Sensibilização e Envolvimento de Homens nas Transformações do Cuidado), coordenado pelo CES. Vai durar dois anos e pretende enfrentar os desafios da prevenção e erradicação da violência contra mulheres e crianças e promover “masculinidades cuidadoras e não violentas”.

Ao envolver os homens na paternidade e cuidado corresponsáveis e igualitários, o projeto tem como objetivo alcançar mudanças nas atitudes e comportamentos sociais em relação aos papéis tradicionais de género e de cuidado em quatro países da União Europeia: Portugal, Áustria, Lituânia e Itália. Será desta vez que a palavra “ajudar” será substituída por “partilhar” no vocabulário doméstico?